

# ESPLANADA GERAL

SINDSEP-DF

WWW.SINDSEP-DF.COM.BR

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF

E-MAIL: IMPRENSA@SINDSEP-DF.COM.BR

## NADA A COMEMORAR



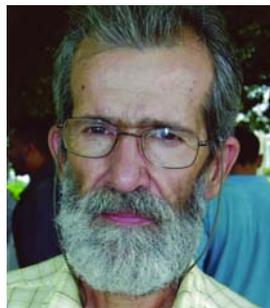
Eclesina, Ministério do Exército, delegada sindical: “Eu acho importante o ato, está todo mundo indignado com a situação. A luta pela campanha salarial continua, a gente que tentar. Estou no serviço público há 16 anos e o meu salário líquido é R\$ 800, e tenho duas filhas para criar”.



Vilma, Ministério do Trabalho, delegada sindical: “Temos muito pouco o que comemorar. Em muitos órgãos, houve uma pseudo-comemoração pra tentar agradar o servidor. Mas a verdadeira comemoração seria o governo atender nossas reivindicações”.



Gianna, Ministério do Trabalho: “A gente não tem o que comemorar, tiraram tudo o que a gente tinha. Eu sou aposentada, agora que eu tô no sal mesmo. Essa reforma da previdência foi só pra danar a cabeça da gente, pra pegar o servidor mesmo. A roubalheira continua, a cada dia descobrem uma fraude. Por que eles não saneiam tudo isso aí para depois ver se é conveniente ou não descontar do aposentado? Por que eles não cobram os grandes devedores? Eu contribuí 30 anos com 11% em cima de tudo o que eu ganho! Vamos ter que contribuir pro resto da vida, com o salário que a gente ganha?”



Petrônio, Ministério da Cultura: “O servidor está massacrado. E o que a gente espera é melhora, porque uma coisa que a gente não perde é a esperança. Mas tá difícil. Até agora não foi feito nada em prol da nossa categoria. O Lula deveria olhar pra gente. Assim como eu dei um voto de confiança pra ele, pro partido, acho que a maioria agiu da mesma forma”.



Irene, Controladoria Geral da União: “Não temos nada a comemorar, porque depois de oito anos sem reajuste, com esse salário rebaixado e com tudo subindo todos os dias, vai comemorar o quê? O nosso reajuste deveria acompanhar os preços, o custo de vida”.

Sergio, Ministério do Planejamento: “Nada a comemorar. Ainda existe a esperança com esse novo governo, mas aquela luz no fim do túnel está se apagando. Precisa mais trabalho e menos promessa do governo”.



Maria de Jesus, delegada sindical do Inkra: “Tem que continuar a luta. É importante fazer o ato para mostrar que estamos vivos, apesar de todas as adversidades, dessa PEC da previdência e esse 1%, que é um acinte. Temos que recuperar o que temos perdido nestes últimos anos, principalmente a dignidade”.

No Dia do Servidor, o SINDSEP organizou um ato no nosso Espaço pela valorização do servidor, contra a reforma da Previdência que retira direitos, por um plano de carreira com a antecipação dos 47,11% e pela incorporação de todas as gratificações.

Ricardo Jácome, secretário-geral do SINDSEP, e Ismael César, representando a CUT-DF, reafirmaram a necessidade de continuar a luta dos servidores.

A participação dos servidores no ato confirmou: não há nada a comemorar, a luta tem que continuar.

Enquanto o governo “enfeitava” a Esplanada com faixas comemorativas e organizava cafés da manhã festivos, a secretária de Recursos Humanos, Cláudia Duranti, explica que o problema salarial do servidor não se resolve em quatro anos (ver pág.2). Ora, então, quando se resolverá?

A previsão para o Orçamento 2004 está longe de atender o servidor, que acumula perdas salariais de 124,93% nos últimos oito anos, segundo o Dieese.

A missão do FMI está no Brasil para renovar o acordo que garante o pagamento da dívida externa que sangra o país, e não faltam elogios para a reforma da Previdência. Há o que comemorar?

O SINDSEP está organizando um seminário sobre o Plano de Carreira (3 e 4/11), que também vai discutir a continuidade do combate contra a reforma da previdência (ver pág. 4).

A única coisa a comemorar é a capacidade de luta e a resistência do funcionalismo público por uma vida digna.



ATIVIDADES CULTURAIS TAMBÉM FIZERAM PARTE DO ATO POLÍTICO DO DIA DO SERVIDOR

# TEMOS O QUE COMEMORAR, DIZ O GOVERNO

Durante o ato do Dia do Servidor, promovido pelo SINDSEP, a secretária de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Claudia Maria Beatriz Silva Duranti, apareceu no Espaço do Servidor. O *Esplanada Geral* traz alguns trechos da entrevista, que pode ser lida na íntegra no site [www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br). O servidor pode tirar suas próprias conclusões.

**EG – O que você tem a dizer sobre o dia do Servidor?**

Cláudia - Eu estou gostando de ver a festa, isso é importante. Agora a nossa missão na secretaria de Recursos Humanos é bem definida, que é a democratização das relações de trabalho. Isso significa querer saber o que o servidor pensa (...). A segunda, e a mais importante, que a gente já desenvolveu desde março, é a negociação coletiva. Nós apostamos na negociação coletiva como um canal em que as entidades sindicais são entendidas, compreendidas, acolhidas, valorizadas como interlocutoras das reivindicações dos servidores, estabelecendo um canal de comunicação que é a mesa nacional. Vai ser uma forma muito importante para a gente criar uma agenda positiva para os próximos quatro anos, e dentro dessa agenda que a gente consiga ganhar as condições para atender as reivindicações dos servidores (...).

**EG - Mas a mesa de negociação está parada.**

Cláudia - Não, nós tivemos a mesa de direitos sindicais na semana passada, e de saúde do trabalhador. Agora, na segunda quinzena de novembro, vai voltar a reunião da nossa mesa nacional.

**EG - Conversamos com mais de 20 servidores hoje e todos foram unânimes em falar que não tem nada o que comemorar, porque a situação dos servidores está cada vez pior.**

Cláudia - O Brasil tem reivindicações que são de milhões de anos, então, o conjunto de reivindicações da sociedade é muito grande. É evidente que exigem respostas objetivas, que dêem condições de vida, condição de salário. Mas que é impossível ser atendida de uma forma imediata. O que nós podemos fazer: primeiro, criar condições para esse atendimento, através da criação de canais de comunicação (...). Segundo, criar condições para atendimento através de uma agenda positiva. Você não vai conseguir resolver o problema salarial do servidor, as necessidades de habitação e alimentação da sociedade em quatro anos, ou em um ano, em um mês ou em dez meses. Mas você tem que dar as condições para que isso aconteça e as condições estão colocadas através da construção de canais de comunicação (...). No caso dos

**“Você não vai conseguir resolver o problema salarial do servidor, as necessidades de habitação e alimentação da sociedade em quatro anos, ou em um ano, em um mês ou em dez meses”.**



servidores, vamos construir essa agenda como? Através da mesa nacional de negociação coletiva. Essa é a resposta que eu posso dar. A gente sabe que existe um número muito grande de reivindicações, que existem demandas repressadas e a gente está criando canais para que a gente possa vir a atender a essas necessidades de forma programada. (...) Evidente, neste primeiro semestre, a gente fez umas coisinhas, como o aumento do tíquete refeição dos servidores, e várias categorias que haviam negociado no governo anterior e que tinham sido incluídas na agenda 100 tiveram as suas reivindicações atendidas e encaminhadas ao Congresso através de projetos de lei. Foram abertos concursos para mais 20 mil vagas esse

ano. Nós entendemos que, mesmo de uma forma objetiva, várias reivindicações vêm sendo atendidas. Fora a questão do anistiados, que nos governos anteriores não tiveram praticamente nenhum horizonte de readmissão e nós já estamos com a previsão de ter 1.100 pessoas readmitidas na Conab e 280 pelo Cerpa. A minha visão é que, mesmo objetivamente, têm acontecido diversos atendimentos. Agora eu sei que a agenda é imensa, mas a intenção é que a gente consiga organizar e ir avançando aos poucos.

**EG – Na sua opinião, você acha que o servidor tem o que comemorar?**

Cláudia – Eu acho. Eu, como a vida toda estive ao lado dos servidores nas lutas, eu entendo que tem muito que comemorar. Eu acho que a abertura de negociação coletiva no setor público é um marco legal e histórico dentro das relações de trabalho no Brasil. A gente conseguiu romper com uma imobilidade nessa área que é histórica. A

mesa nacional de negociação permanente é uma conquista das entidades sindicais, é uma conquista dos servidores, é uma conquista do governo. Eu acho que temos que comemorar sim.

**EG – Os servidores, em sua maioria, falam com esperança no governo, mas se mostram já bastante decepcionados com a questão da reforma da previdência, com o reajuste de 1% e não se tem ainda nenhum aceno de reajuste para o próximo ano, sendo que a previsão para o Orçamento 2004 com despesas de pessoal está muito longe de atender a reivindicação dos servidores.**

Cláudia – O reajuste não foi 1%. O reajuste geral foi 1% em razão do fato de que se pretendeu fazer uma política que se possibilitasse aumentos diferenciados. Eu acho que, hoje, você ter na mesa nacional de negociação permanente um grupo de trabalho voltado a estudar carreiras, eu acho que isso é um horizonte extremamente positivo, porque será através das carreiras que a gente vai ter condições de resolver os problemas estruturais, resolver distorções, possibilitar desenvolvimento de servidores nas carreiras. Como eu falei, isso é uma agenda que não é de um ano, é para quatro anos. Por isso que eu considero a mesa nacional como um salto de qualidade.

**EG – O governo anunciou a intenção de fazer contratações em larga escala através de concursos públicos. Mas hoje estamos com um problema sério de aumento da terceirização no serviço público.**

Cláudia – Não é verdade. A terceirização não está aumentando nos ministérios, muito pelo contrário. Este ano foram abertas 20 mil vagas que estão sendo preenchidas por concurso público. O ano que vem deve ter no mínimo 40 mil vagas. A intenção do governo é valorizar o emprego público, dentro de um círculo virtuoso da economia, ou seja, a partir do momento que o Estado emprega, ele gera renda. Quando ele gera renda, gera consumo e isso aquece a economia. É bom para a economia do país. É dentro desta ótica, que está expressa no PPA, que é o nosso Plano Plurianual Brasil para Todos, que tem sido feita a política de contratação no serviço público, privilegiando a contratação direta por concurso público.

**EG – Qual vai ser a política do governo em relação à terceirização que já existe?**

Cláudia – Isso está sendo discutido. A questão da terceirização ficaria com aquelas atividades clássicas de segurança, enfim, aquelas atividades que já são clássicas através de empresas. Isso também é assunto a ser discutido dentro do Comitê de Política de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento.

EXPEDIENTE

Este jornal é de responsabilidade do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – SBS, Q.1, Ed. Seguradoras, 16º e 17º andares – Brasília/DF – CEP: 70300-500 – Fone: 212-1900 – E-mail: [imprensa@sindsep-df.com.br](mailto:imprensa@sindsep-df.com.br) – Fax: 225 0699. Fundado em 28/8/87 – Registro MTB Nº 1564 CGC: Nº 03.656.576/0001-08. Jornalista: Renina Valejo MTB 38296 – Responsáveis pela Secretaria de Imprensa: Luiz Bicalho e Hermes Araújo – Conselho Editorial: Luiz Bicalho, Hermes Araújo, Luís Henrique Donadio, Ismael José César, José Carlos Vasconcellos – Repórter-Fotográfico: Ronaldo Barroso RP 4736/DF – Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final: Ronaldo Alves RP 5103 DRT/DF – Secretária: Izabel Alexandre – Tiragem: 10.000 – Impressão: Intergraf

# CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU

O *Espanada Geral* visitou o subsolo do edifício anexo do Ministério da Saúde, a convite dos servidores, para verificar as condições de trabalho de mais de uma centena de trabalhadores.



Um lado do subsolo é a garagem e, no outro, funciona o arquivo de recursos humanos, a marcenaria, a serralheria, o salão de beleza e as salas de apoio a diversas atividades terceirizadas.

“O Ministério paga 10% sobre o meu vencimento a título de insalubridade e acha que a gente é obrigado a trabalhar sob quaisquer condições”, questiona Ronaldo Rabelo dos Santos, artífice de mecânica. Ele alega, com razão, que não há dinheiro que pague a sua saúde.

Rosa Maria de Carvalho Lopes trabalha no arquivo do setor de Recursos Humanos (RH).

Ela ironiza dizendo que “há uma cadeia alimentar no subsolo, onde os gatos comem os ratos, os ratos comem os restos; baratas e traças comem os papéis e, com o salário que o servidor está ganhando, não dá para comer nada”. Denuncia que há mais de dois anos o piso não é lavado, e que a parte destinada aos automóveis é mais limpa do que a destinada aos servidores. Reclama também da falta de equipamentos como máscaras e luvas para manusear documentos antigos, que muitas vezes possuem fungos, fezes de barata e rato ou traças.



João Fernandes Borges é auxiliar operacional de serviços diversos, lotado na marcenaria. Ele também reclama da sujeira e do vestiário improvisado, onde não há nenhuma privacidade para a troca de roupa.



João Carvalho, artífice de mecânica, trabalha na serralheria e queixa-se da falta de higiene do ambiente e de ventilação. As refeições dos servidores lotados na serralheria são aquecidas em um “microondas” improvisado em uma caixa de madeira com lâmpadas.

Dores de cabeça por causa da falta de ventilação. Assim é o dia a dia de Laci Monteiro Carvalho, que trabalha na classificação de documentos do RH.



Quando iríamos visitar outros setores do Ministério, como o subsolo do edifício sede e os cubículos sem ventilação em diversos andares do anexo, a segurança nos “convidou” a sair das dependências do Ministério.

A direção do SINDSEP entregou em março de 2003 uma pauta de reivindicações que trata da melhoria das condições de trabalho para os servidores do Ministério da Saúde. Infelizmente, até hoje, não foi atendida.

É mais uma prova de que a valorização do servidor não passa de retórica. Estes trabalhadores, que cuidam da memória e da manutenção do Ministério, merecem um ambiente de trabalho digno.

## BIBLIOTECA DO MJ “VIROU AQUÁRIO, SÓ ENTRA PEIXE”

A delegada sindical Lílian Chagas, que estava trabalhando na biblioteca do Ministério da Justiça, foi colocada a disposição da Coordenação Geral de Recursos Humanos sob a alegação de que “não tinha o perfil para a função”. A “justificativa” foi dada pela coordenadora de Documentação e Informação do Ministério, Elizabeth Kátia Vianna de Resende, no dia 16 de outubro.

“Não fiquei nem dois meses na biblioteca, porque eu encontrei muita resistência. Lá, a prioridade é para os terceirizados, que são dois terços do setor. Veja o meu caso: sai uma servidora e entra uma terceirizada”, desabafa Lílian.

Segundo ela, o problema é político. “Tem chefe que tem filha contratada, apadrinhamentos, essas coisas. Simplesmente me escorraçaram quando descobriram que eu era delegada sindical, porque se sentiram

ameaçados. Ali virou um aquário, só entra peixe. Um funcionário da Casa que se interessa pelo setor não tem espaço”.

EXPECTATIVA – “Eu queria continuar trabalhando no setor de biblioteca, um setor que eu gosto muito e quero me qualificar, mas no Ministério que eu estava não tive espaço por causa da perseguição e da terceirização”.



O SINDSEP está solicitando uma audiência com secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Teles Barreto, para que sejam tomadas providências para coibir e reparar os atos de caráter discriminatório e anti-sindical praticados no Ministério, além de discutir outras questões de interesse dos servidores.

# ACABOU A TERCEIRIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO?

Reproduzimos na íntegra e-mail recebido pelos chefes no Ministério da Fazenda, assinado pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos.

----- Mensagem original -----  
**De:**  
**Enviada em:**  
**Para:**  
**Assunto:** ENC: terceirização de serviços

Prezado(a) Sr(a),

Estamos elaborando projeto básico visando contratação de serviços terceirizados para o exercício de 2004. No momento gostaria de receber de V.Sª informações com relação ao quantitativo de postos necessários ao atendimento dessa unidade, considerando as funções hoje existentes (Secretária, Recepcionista e Atendente).

Saliente-se que quantitativos superiores aos hoje disponibilizados, vão onerar o valor do contrato, portanto essa Unidade deverá arcar com o acréscimo.

Informo abaixo os valores mensais estimados por categoria:

1 - Atendente R\$ 1.050,00;  
2 - Recepcionista R\$ 1.400,00;  
3 - Secretária R\$ 1.800,00.

Aguardo uma posição de V.Sª impreterivelmente até o próximo dia 24 do corrente.

Ats,  
Lucia Amancio - COGRL

## PLANTÃO JURÍDICO NA BASE

Há alguns anos, o SINDSEP oferecia o plantão jurídico no Espaço do Servidor, antes que toda a estrutura fosse destruída pelo governo Roriz, incluindo computador, fotos, documentos etc.

Mas, no último dia 23, na esteira das comemorações do Dia do Servidor, foi instalado o plantão jurídico na Seção Sindical no bloco C do Ministério do Planejamento (MP).

Estavam presentes o diretor da secretaria Jurídica Oton Neves, o advogado do sindicato Dr. Ulisses Borges e Degir, estagiário que colaborou fazendo pesquisas na internet das ações jurídicas dos servidores.

Muitos servidores compareceram, não só do MP como também de órgãos vizinhos. Todos saíram satisfeitos com as orientações recebidas.

"A experiência foi tão boa que agora todas as terças-feiras, das 12 às 14h, será feito o plantão jurídico na Seção Sindical", disse Cleuza Cassiano, diretora do SINDSEP e servidora do MP.

Segundo Oton, outras seções sindicais poderão ser beneficiadas com o plantão jurídico, basta ligar para o sindicato e marcar a data.

SINDSEP - 212.1900 ramal 228 ou 229

## "FOLGA NÃO PAGA CONTA"

Os vigilantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que trabalham "dobrado" quando há cerimônias e jantares no Itamaraty, não estão recebendo pelas horas extras. É feita a compensação por folga. No quadro do Ministério, o número de vigilantes terceirizados é quase o dobro do número de servidores.

Mas todos têm o direito a receber o pagamento pelo trabalho extra.

Em novembro do ano passado, o SINDSEP encaminhou um documento ao embaixador Rui de Lima Casais exigindo o pagamento do serviço extraordinário aos servidores que foram convocados para trabalhar nos preparativos da posse presidencial. O ofício foi repassado para a

consultoria jurídica e, no dia 11 de dezembro de 2002, o advogado da União Renê Garcez Moreira deu parecer favorável ao sindicato.

"À luz dos artigos 73 e 74 da Lei 8112/90, regulamentados pelo Dec. 948/93, o labor extraordinário do servidor público deve ser pago, com adicional de 50%, uma vez atendida a condição da

prévia autorização", justificou o advogado.

Segundo Jacinto Pereira Teles, delegado sindical, os trabalhadores ainda não viram a cor do dinheiro.

Os terceirizados também têm direito ao adicional de 50%, segundo o Acordo Coletivo da categoria.

Como disse um companheiro da vigilância, "eu preferia a minha parte em dinheiro, porque folga não paga conta".

## SINDSEP REALIZA SEMINÁRIO SOBRE PLANO DE CARREIRA

Nos dias 3 e 4 de novembro, os companheiros estão convidados a participar de uma importante discussão para a categoria: o Plano de Carreira.

Já está confirmada a presença do assessor da Condsef, Eduardo Alves, para expor a posição da Confederação quanto às

diretrizes de planos de carreira. Também serão debatidos os planos existentes e a situação crítica do PCC, entre outros.

Não perca! Esta é uma oportunidade de nos prepararmos para mais uma batalha. Inscrições na Secretaria de Formação do SINDSEP. 212.1947

## PARALISAÇÃO NA AGU

No dia 22 de outubro, 27 unidades da Advocacia Geral da União realizaram Assembléia Geral Extraordinária. Na maioria delas, foi decidida a paralisação de 24 horas marcada para o dia 5 de novembro.

Em Brasília, a assembléia será na sexta-feira (31/10), às 10h, no prédio da Imprensa Nacional. A ASAGU convoca todos os servidores da AGU, PRU e PGF para participar da assembléia e lutar pelo nosso Plano de Carreira e pela GDAA.

O SINDSEP dará todo o apoio material para o movimento.

## POR UM ATO PÚBLICO NACIONAL

Diante da posição da CNESF (Coordenação Nacional dos Servidores Federais) de adiar a manifestação nacional marcada para 28/10, a plenária da diretoria do SINDSEP e dos delegados sindicais, realizada no último dia 22, deci-

diu: encaminhar um documento a nossa Confederação, Condsef, reafirmando a necessidade da realização de um ato público nacional, preferencialmente na 1ª quinzena de novembro.

## FALHA TÉCNICA!

O e-mail correto é [imprensa@sindsep-df.com.br](mailto:imprensa@sindsep-df.com.br)  
Escreva para o jornal!

